

Hard legacies: as companhias coloniais e a modernidade urbana em África

Beatriz Serrazina

Resumo

Neste breve ensaio explora-se o legado das companhias privadas na ocupação e exploração do território africano, incidindo sobre a relevância das cidades coloniais industriais nos projetos de “desenvolvimento” das sociedades em que se inseriram. Que tipos de cidade esta sociedade urbana produziu? Que tipos de urbanização? E que tipos de cidadãos? Questiona-se sobre a resiliência desta urbanidade moderna, que posteriormente chocou com uma realidade pós-colonial que se idealizava diferente, mas que manteve muitas das condições da sua produção. A história das empresas de extração mineral representa um caso particular de observação deste processo, ilustrado neste texto através da análise das cidades da *Diamang*, da *Forminière* e da *Union Minière*, que ainda hoje se configuram de forma relevante na estruturação do território.

As companhias privadas como agentes de dominação territorial

Nos primeiros anos do século XX, a região da Bacia Hidrográfica do rio Congo, no coração da África Central, era dominada por três companhias de exploração mineral, que se estabeleciam como “incomparáveis instrumentos de conquista” (UMHK, 1956): a *Union Minière do Haut Katanga* e a *Forminière*, ambas fruto do projeto comercial de Leopoldo II para o Congo Belga, em 1906, cujas atividades de pesquisa iriam depois impulsionar a criação da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), em 1917. A presença das três companhias privadas era fomentada pela forte presença de minérios, sobretudo cobre e diamantes, que até então haviam sustentado o poder do ancestral Império Lunda¹.

¹ O explorador português Henrique de Carvalho documentou o seu encontro com os lundas na sua extensa obra *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1890). Sobre o Império Lunda ver Ana Paula Tavares (2009), *História e Memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: FCSH.

Enquanto “pioneiras do Império” (Maguire, 1896), as companhias possibilitavam a exploração das inúmeras matérias primas que haviam tornado o território africano num apetecível mercado e assumiam-se como importantes agentes de formação e manutenção dos projetos coloniais. Representavam o chamado *imperialism on the cheap* (Galbraith, 1974), uma vez que a concessão de poderes soberanos a empresas de capitais privados permitia às nações europeias evitar consideráveis despesas na administração dos seus territórios além-mar e delegar o “trabalho sujo” – conquista territorial e contenção de avanços por parte de outras potências coloniais, sujeição das populações, construção de infraestruturas básicas – a entidades menos sujeitas à opinião pública “doméstica” que recaía sobre as instituições do Estado (Direito, 2013). Ao funcionarem como “verdadeiros substitutos” do Estado (Direito, 2013), as empresas ganhavam liberdade para colocar os seus interesses económicos à frente das aspirações políticas que formavam os seus contextos de atividade. De facto, formavam “blocos de poder colonial” independentes de qualquer controlo político efetivo (Vellut, 1982) – “Estados dentro do Estado”² –, com poderes administrativos sobre a população local de uma determinada área.

Mais tarde, esta mesma independência havia de se revelar essencial para explicar o rumo da história: sem colapsar com o fim dos projetos coloniais europeus, muitas das empresas privadas souberam adaptar-se aos ventos de mudança e sublinhar o seu papel no desenvolvimento económico e social do continente africano (Decker, 2007). A continuidade da sua presença foi justificada por se constituírem, desde a sua conceção, como veículos de progresso e modernização. Ao ultrapassarem as condições estruturais da sua criação, mantiveram-se como importantes motores de dominação e produção territorial, numa realidade que, como veremos, ainda hoje perdura.

*

A *Union Minière* estabeleceu-se na região do Alto Katanga, junto à Rodésia do Norte (atual Zâmbia), numa área que se tornou conhecida como o Copperbelt³. A escassos

² A expressão “Estado dentro do Estado” ou *Imperium in imperio* tem sido utilizada para descrever as empresas privadas, que, ao gozarem de uma posição hegemónica, suplantam a influência do Estado.

³ O *Copperbelt* é uma região na África Central, na fronteira entre o norte da Zâmbia e o Sul da República Democrática do Congo. É o maior reservatório de cobre do mundo, que no período colonial foi explorado pela *Union Minière* e pela BSAC e que se tornou numa “área estratégica” central para a história de ambos os países. Sobre o *Copperbelt*, ver James Ferguson (1999), *Expectations of modernity: myths and meaning of urban life on the Zambian Copperbelt*. Londres: University of California Press; Larry J. Butler (2007),

quilômetros, também numa região de fronteira, entre o Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) e Angola, a *Forminière* e a Diamang tornaram-se parceiras de extração da bacia do rio Cassai. Ainda que o Império dos Lundas tivesse sido desfeito pelas fronteiras traçadas pelo novo ímpeto colonial europeu (Vellut, 2016), as três companhias voltavam a replicar a sua unidade territorial, numa imbricada rede de produção que a partir de então controlaria a região.

Enquanto companhias privadas de exploração, as companhias majestáticas estavam na linha da frente da chamada “Revolução Industrial Africana” (Gluckman, 1961). Por isso, à semelhança das transformações vividas na Europa no século XIX, a sua criação aconteceu a par de um outro processo, “que se apresenta[va] como uma condição e uma consequência: o fenómeno urbano, caracterizado por uma densa população concentrada num espaço particular” (Maquet, 1962). A tipologia das *company towns* era, deste modo, adotada em território ultramarino, representando um importante capítulo no processo de urbanização das possessões europeias em África. Sempre associadas a locais de exploração, estas cidades das companhias introduziram uma outra realidade urbana, fortemente influenciada pelos processos extrativos.

Beneficiando destes fluxos de produção, a hegemonia e autonomia das empresas coloniais ditou que se transformassem em primordiais agentes de difusão de técnicas construtivas (Bartolotti, 2015). No campo da experimentação técnica, o contexto de “franja” dos Impérios, onde se posicionavam, facilitava a implementação de práticas construtivas ainda não ensaiadas nas Metrópoles (Roberts, 2014; Piaton e Bodestein, 2014). Para além do isolamento geográfico, também as especificidades das arquiteturas industriais, os tempos rápidos de construção, a disponibilidade de mão de obra e os materiais locais concorreram para conceção de novas soluções urbanas, iluminando a ideia do território africano como um verdadeiro “laboratório urbano” (Coquéry-Vidrovitch e Forest, 1983; Tostões, 2014).

Nestes assentamentos não existiam elementos espontâneos ou imprevisíveis e os detalhes da vida coletiva e privada estavam sujeitos a um planeamento minucioso. Eram como

Copper Empire: Mining and the Colonial State in Northern Rhodesia, c.1930-64. Palgrave Macmillan; Miles Larmer (2016), *At the Crossroads: mining and political change on the Katangese-Zambian Copperbelt*. Oxford Handbooks online; Timothy Makori (2017), “Mobilizing the past: *creuseurs*, precarity and the colonizing structure in the Congo Copperbelt”. *Africa*, vol. 87, n. 4. Cambridge University Press.

uma “segunda fábrica”, construída ao lado dos locais de exploração, para a produção de um importante componente do processo de extração: a mão de obra (Ehsani, 2003). No entanto, não seriam fruto de uma receita universal aplicada a lugares específicos; formaram-se como resultado de encontros, trocas e cooperação entre diferentes atores locais e internacionais: uma grande diversidade de atores – não apenas arquitetos e urbanistas, mas também políticos, engenheiros, botânicos, agricultores –, muitas vezes em conflito entre eles, que se envolveram em inúmeras negociações e que definiram os processos de planejar, desenhar e contruir a cidade além-mar (Avermaete e Casciato, 2014). A localização de Elizabethville (hoje Lubumbashi) nas “encruzilhadas” da África Central transformava a cidade-sede da UMHK num “enclave urbano cosmopolita”, com população europeia e africana de diversas geografias, cujos trânsitos eram sustentados pelas diversas linhas de comboio que ali confluíam (Lagae, 2005). No Dundo, núcleo central da Diamang, o fluxo de visitantes-especialistas⁴ era permanente e a companhia fomentava a formação internacional dos seus técnicos, que eram frequentemente enviados para o Congo Belga, Rodésia ou Inglaterra para adquirirem novos conhecimentos.

As cidades mineiras na produção da modernidade urbana

Pela sua relevância territorial e pela dimensão tecnológica, as cidades mineiras impunham-se no território como focos de desenvolvimento, de modernização e de introdução de um sistema capitalista urbano. Frequente alvo de estudos sobre as questões laborais em África, ganhavam um papel central no debate sobre as ideias de “welfare” que surgiram na década de 1950 (Cooper, 2016). Este cenário estabelecia-se sobretudo como consequência das “inovadoras investigações” desenvolvidas pelo governo britânico no Rhodes-Living Institute, que encaravam estes locais como primordiais casos de análise da questão urbana enquanto promotora de mudanças sociais (Potts, 2005). A região do Copperbelt era assim transformada num “bastião de modernidade” em África (Epstein, 1981; Ferguson, 1999). Os espaços urbanos eram desenhados não apenas para acomodar

⁴ Os relatórios da administração da *Diamang* apresentam extensas e detalhadas listas das visitas recebidas na Lunda, de várias áreas (médicos, mecânicos, padres, cônsules, engenheiros, escritores, jornalistas entre outros) e de várias nacionalidades, com especial destaque para os belgas. Ver “Companhias coloniais – companhias de Diamantes de Angola”, ANTT: Arquivo Salazar, UL-8A5, cx. 720, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

trabalhadores, mas também para, através de sucessivas intervenções na vida quotidiana, moldá-los em “capital humano moderno”, especializado e eficiente (Ehsani, 2003).

Neste sentido, o planeamento do espaço assumia a maior importância na definição da situação colonial e, sobretudo, nos “esforços de tornar o colonialismo mais popular entre os europeus e mais tolerável para os africanos” (Wright, 1987). Numa extensa reportagem sobre a Lunda, “distrito tão famoso quanto desconhecido”, a revista *Terra e Gentes de Angola* revelava que a Diamang “oferecia ao pessoal da Metrópole condições de vida cada vez mais apetecíveis em populações que surpreendiam pela sua beleza urbanística”⁵. Este cenário era semelhante na *Union Minière* e na *Forminière*: a par das longas avenidas arborizadas e das habitações com jardins sempre cuidados, uma extensa rede de equipamentos de lazer estruturava o quotidiano pós-laboral dos funcionários europeus. A Casa do Pessoal da Diamang ou os Grémios das companhias belgas, com enorme destaque na política das empresas, ofereciam múltiplas possibilidades de convívio e distração, como teatro, cinema, biblioteca, aulas de equitação ou campos de jogos.

Por outro lado, para a urgente “estabilização”⁶ dos trabalhadores africanos, as companhias desenvolveram extensos e complexos “processos de aclimação”⁷, com o objetivo de promover a sua integração na “nova sociedade” produzida pela indústria (Nitsen, 1933). No Congo Belga, o *Institut Royal Colonial Belge* publicou uma série de estudos produzidos por especialistas próximos da *Union Minière* (Nitsen, 1933; Mottoule, 1946; Grévisse, 1951), que seriam depois tomados como exemplo e utilizados pelo estado belga

⁵ “Lunda”. *Terras e Gentes de Angola*, 7º caderno / Rigoroso exclusivo N Notícia (1972). ANTT: António Soares Carneiro, cx. 16, nº1, doc. 1 a 34. PT/TT/ASC/D/0002.

⁶ A estabilização da mão de obra africana era uma das questões mais importantes para as companhias privadas. Numa região onde a força humana escasseava, foram desenvolvidos vários estudos e consequentes estratégias de fixação. Na *Union Minière*, algumas medidas começam a ser implementadas em 1928 e dão origem ao AMOI – *Service Provincial des Affaires Indigènes et Main d’oeuvre*. Em 1937, a *Diamang* replica a estrutura deste serviço e organiza o SPAMOI – Serviço de Apoio à Mão de Obra Indígena. O médico belga Leopold Mottoule, que interveio na criação de ambos os serviços, publica as políticas utilizadas, desde a família à habitação, alimentação e educação. Ver Leopold Mottoule (1946), *Politique Sociale de L’Union Minière du Haut Katanga pour as Main-d’Oeuvre et ses résultats au cours de vingt années d’application*. Mémoires – Institute Royal Colonial Belge, Section des sciences morales et politiques, tomo XIV, fasc.3, Bruxelas.

⁷ No Katanga, o processo de recrutamento foi documentado por R. Van Nitsen, médico chefe da UMHK: os trabalhadores passavam por “campos de concentração”, “campos de preparação”, onde eram submetidos a inúmeros exames e tratamentos médicos, e “campos de aclimação” até chegarem aos “campos definitivos”. Ver R. Van Nitsen (1933). *Travailleurs noirs dans les Camps industriels du Haut-Katanga*. Bruxelas: Académie Royale de Belgique.

para a estruturação das suas políticas coloniais. Deste modo, para além de formarem operários, as empresas transformavam-se em instrumentos de modernização social através da criação de várias instituições: nos “centros de formação doméstica”, muito publicitados nos filmes de propaganda das três companhias, as mulheres africanas estudavam puericultura, culinária, costura, bordados, higiene e arranjo do lar⁸; nas escolas profissionais e nas oficinas, os homens aprendiam a manobrar os mais diversos engenhos. Para Nuno Domingos, este “contacto urbano com uma cultura da cidade parece ter atuado mais eficazmente como instrumento de integração do que as pretensas políticas assimilacionistas do estado colonial” (Domingos, 2013).

A cidade em território colonial traduzia-se, assim, num paradoxo: por um lado, favorecia a segregação e organização da dominação imposta pelo colonizador; por outro lado, introduzia novas formas de vivência, transformando-se num centro de inovação social, económica e técnica, que possibilitava aos colonizados a integração em redes relacionais mais amplas, posteriormente indispensáveis para os processos de independência⁹. Como bem sublinham Isabel Castro Henriques e Miguel Vieira, “a adesão das populações, não há dominação colonial, mas ao fenómeno urbano introduzido pelos europeus, constituía-se como um elemento central da estratégia africana de combate às políticas coloniais” (Henriques e Vieira, 2013).

*

Importa notar que esta era uma modernidade que assumia características muito particulares. Ao basear-se no “paternalismo” que qualificava as empresas de extração mineral (Maquet, 1962; Larmer, 2017), adquiria o maior defeito da sua veia “familiar” (Vilhena, 1954): comprometia o trabalhador ao seu empregador e não ao trabalho. Por outro lado, estes contornos singulares reforçavam o papel das companhias como principais – e muitas vezes únicos – agentes de desenvolvimento e modernização das regiões onde se encontravam. Esta fragilidade das estruturas do Estado traduzia-se na

⁸ Para a UMHK e a *Forminière* ver documentários “Em cinquante ans – Union Minière du Haut Katanga” e “Le diamant, pierre précieuse”, ambos produzidos por Gerard de Boe em 1956. Para a *Diamang* ver “Lunda”. ANTT: António Soares Carneiro, cx. 16, nº1, doc. 1 a 34. PT/TT/ASC/D/0002.

⁹ Sobre a cidade colonial ver Anthony King (1990), *Urbanism, Colonialism and the World-Economy: Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. Nova Iorque: Routledge; Nuno Domingos e Elsa Peralta (2013), *Cidade e Império: Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, História & Sociedade. Lisboa: Edições 70.

falta de diversidade espacial, social e económica e era apresentada como resultado de um dos maiores desequilíbrios e ameaças da região. Cada uma destas companhias controlava uma “constelação” de outras empresas subsidiárias – da construção à produção de gado, da eletricidade aos transportes¹⁰ –, que, para além de suportar o desenvolvimento da exploração mineira, reforçavam a situação de hegemonia territorial e de substituição do Estado.

Hard legacies: as expectativas pós-coloniais

Nos dias de hoje os minerais ainda representam o motor económico e social da África Central. Por um lado, a autoridade destas empresas foi reafirmada durante os processos de independência dos seus respetivos países. Em Angola, a produção da Diamang financiou grande parte das atividades da UNITA e a região da Lunda foi palco de intensos conflitos armados. No Congo, a *Union Minière* prestou assistência militar, administrativa e financeira aos movimentos que organizaram a tentativa de secessão do Katanga¹¹. Por outro lado – ou como consequência – as perspectivas de continuidade sobrepuseram-se às eventuais mudanças que se esperavam com a queda dos projetos coloniais. A Diamang continuou a operar até 1988, apesar de a Endiama, empresa estatal, ter sido criada em 1981. A sobreposição alimentou a continuidade dos processos de extração, legitimados após a independência através da colocação do rótulo “nacional”. No país vizinho, os processos foram semelhantes, traduzidos em estreitas relações e permanentes fusões entre companhias. A *Forminière* transformou-se na *Société Minière de Bakwanga* (grupo MIBA), numa união com as raízes da *Société Minière du Beceka*. Por sua vez, a *Union Minière* converteu-se na *Gécamines*, que, apesar das notícias de declínio¹², continua a dominar a paisagem urbana de Lubumbashi.

¹⁰ A *Union Minière* controlava a SOGEFOR (eletricidade), SOGELEC (distribuidor), COFOKA (indústria da construção), ELVALUILU (gado), Minoteries du Katang e Ciments Metallurgiques. A *Diamang* dispunha da CAPA (criação de gado e transportes).

¹¹ Sobre a relação entre a *Union Minière* e os movimentos de independência no Congo ver “L’affaire de l’union minière du Haut-Katanga”, *Courrier hebdomadaire du CRISP*, vol. 350, no. 4, 1967, pp. 1-31.

¹² Notícias recentes dão conta do progressivo declínio da *Gécamines*, situação que tem levado, por exemplo, à alienação do seu património construído: <https://cooprdc.net/2018/06/23/patrimoine-immobilier-de-la-gecamines-pas-de-bradage-ni-de-spoliation-selon-le-dg-jacques-kamenga/>.

Assim, o extensivo “poder infraestrutural” (Mann, 1984) destas empresas também continua presente. A ideia de “Estado dentro do Estado” persiste e as companhias mineiras são encaradas como naturais promotores dos serviços sociais para as populações locais. A Endiama e a Gécamines apresentam vários “programas de desenvolvimento local” que se desenrolam em várias áreas, como promoção familiar, educação, desporto, saúde e agricultura, entre outras. O grupo MIBA tem vários “serviços autónomos”, que prolongam a anterior lógica das subsidiárias, desde a pré-fabricação de estruturas de construção à produção agrícola e elétrica. Neste campo, a cooperação entre as três regiões não desapareceu e é agora promovida pelo Estado. Recentemente, no início de Abril, os governos da Lunda Sul e do Alto Katanga assinaram um protocolo de cooperação, com o “objetivo de implementar ações que visam o desenvolvimento dos sectores da indústria mineira, ensino superior, comércio, turismo e agricultura”¹³.

*

Ainda que, com os ventos da descolonização, as cidades se tenham transformado em “pivots de mudança” (King, 1985), dada a capacidade de inserirem os seus habitantes em redes globais de produção, as expectativas de acesso a uma modernidade urbana têm sido sucessivamente frustradas (Rodrigues, 2017) e a promessa de modernização aparece cada vez mais como um “acordo quebrado” (Ferguson, 1999). As dinâmicas urbanas continuam muito dependentes das flutuações da indústria: os sucessivos períodos de declínio e prosperidade das empresas têm forte reflexo no desempenho das cidades que as acolhem (Pearce, 2004). Por isso, algumas das povoações encontram-se em “processos de contra-urbanização” (Potts, 2005) e antigas cidades perderam a sua anterior influência e transformaram-se em simples vilas, num retrocesso do processo urbano. Neste sentido, apesar dos diferentes territórios, considerar as “histórias cruzadas” (Werner e Zimmerman, 2006) das companhias – nas quais, apesar de algumas especificidades, imperam as semelhanças – poderá ser um exercício frutuoso para desenhar estratégias sustentadas e mais informadas de atuação no território.

No Dundo, o centro urbano construído pela Diamang mantém-se num “acentuado contraste” com a cidade que cresceu em seu redor, onde abundam as condições precárias

¹³ “Governos da Lunda Sul e Alto Katanga assinam protocolo de intenção”. ANGOP, *Agência Angola Press*, 2 de Abril de 2018.

de habitação e onde faltam as infraestruturas básicas de saneamento (Pearce, 2004; Rodrigues e Tavares, 2012; Rodrigues, 2017; Rodrigues e Bryceson, 2018). Ainda que a antiga cidade-representação da companhia tenha sido transfigurada pela passagem do tempo, a herança construída é “pesada” e continua a ser utilizada como base para os altos quadros das empresas que hoje exploram os diamantes.

Apesar de formalmente já não existir um planeamento com base em segregação racial, as companhias continuam a dominar os centros urbanos e a promover núcleos económicos que atraem mão de obra precária. As plantas destas povoações mantêm-se como “organogramas das empresas” (Porto, 2009), onde a posição espacial e as tipologias edificatórias refletem a posição laboral. Deste modo, o maior obstáculo para o desenvolvimento das cidades mineiras revela-se na característica que define a essência das *company towns*: a dependência de emprego e atividade económica numa única indústria (Munoz Sanz, 2016). A resistência à diversificação que se antevia ser necessária para a sustentabilidade destes núcleos urbanos mostra-se muito expressiva e remete para uma política de permanência das condições coloniais que paralisa os processos de crescimento do nível de vida das suas comunidades. Entre os *creuseurs* do Congo, por exemplo, a organização laboral e as técnicas rudimentares de extração trazem de volta o passado colonial, que é mobilizado como uma “resposta estratégica” às ameaças de desapropriação de terra e aos investimentos estrangeiros (Makori, 2017).

Assim, o mais expressivo legado urbano destas empresas não será a permanência da arquitetura, mas antes das infraestruturas, tangíveis e intangíveis, que criaram uma “comunidade mineira” que se tornou no mais importante “património” das companhias (Munoz Sanz, 2016). A gestão desta herança, talvez mais “pesada” do que os edifícios, será essencial para a definição futura da região.

Bibliografia

AVERMAETE, Tom e Maristella CASCIATO (2014). Casablanca Chandigarh. A Report on Modernization, with Photographic Missions by Ito Barrad and Takashi Homma. Montreal: Canadian Center for Architecture; Zürich: Park Books, 2014;

BARTOLOTTI, Fabien (2015). “Mobilités d’entrepreneurs et circulations des techniques: les chantiers portuaires de Dussaud frères d’un rivage à l’autre (1848-1869)”. *Revue d’histoire du XIXe siècle* [online], n. 51;

COOPER, Frederick (2016 [2004]). “Desenvolvimento, modernização e as ciências sociais na era da descolonização: os exemplos da África britânica e francesa”. *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização. (História & Sociedade, 14)*. Lisboa: Edições 70, pp. 211-261;

COQUÉRY-VIDROVITCH, Cathérine e Alain FOREST (1983). *Colloque Entreprises et entrepreneurs en Afrique, XIXe et XXe siècles (1981: Laboratoire Connaissance du Tiers-monde)*. Paris, L’Harmattan;

DECKER, Stephanie (2007). “Corporate Legitimacy and Advertising: British Companies and the Rhetoric of Development in West Africa, 1950-1970”. *Business History Review*, vol. 81, n. 1. The President and Fellows of Harvard College, pp. 59-86;

DIREITO, Bárbara (2013). “Políticas Coloniais de terras em Moçambique: Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942”. Tese de Doutoramento. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais;

DOMINGOS, Nuno (2013). “Cultura popular urbana e configurações imperiais”. *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições / org. Miguel Bandeira Jerónimo. História & Sociedade. Lisboa: Edições 70;*

EHSANI, Kaveh (2003). “Social Engineering and the Contradictions of Modernization in Khuzestan’s Company Towns: A Look at Abadan and Masjed-Soleyman”. *International Review of Social History*, vol. 48, n.3. Cambridge University Press, pp. 361-399;

EPSTEIN, Arnold L. (1967). “Urbanization and social change in Africa”. *Current Anthropology*, vol. 8, nº 4, pp. 275-295;

FERGUSON, James (1999). *Expectations of modernity: myths and meaning of urban life on the Zambian Copperbelt*. Londres: University of California Press;

GALBRAITH, John. S. (1974). *Crown and Charter: the early years of the British South Africa Company*. Londres: University of California Press;

GARNER, John (1992). *The Company Town: Architecture and Society in the Early Industrial Age*. Oxford University Press;

GLUCKMAN, Max (1961). "Anthropological problems arising from the African industrial revolution". *Social Change in Modern Africa* / org. Aidan Southall. Londres: Oxford University Press, pp. 67-82;

GRÉVISSE, F. (1951). *Le Centre Extra-Coutumier d'Élisabethville: Quelques aspects de la politique indigène du Haut-Katanga industriel*. Bruxelles: Institut Royal Colonial Belge;

HENRIQUES, Isabel Castro e Miguel Pais VIEIRA (2013). "Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas". *Cidades e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais* / org. Nuno Domingos, Elsa Peralta. História & Sociedade. Lisboa: Edições 70;

KING, Anthony D. (1985). "Colonial Cities: Global pivots of change". *Colonial Cities: Essays in a Colonial Context* / ed. Robert Ross and J. Telkamp. Holanda: Martinus Nijhoff, pp. 2-32;

LAGAE, Johan Lagae (2005), "Rewriting Congo's Colonial Past: History, Memory, and Colonial Built Heritage in Lubumbashi, Democratic Republic of the Congo". *Repenser les limites: l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines*, Paris: INHA («Actes de colloques»);

LARMER, Miles (2017). "Permanent precarity: capital and labour in the Central African copperbelt". *Labor History*, vol. 58, nº2, Routledge, Taylor Francis, pp. 170-184;

MAGUIRE, James Rochfort (1896). *The Pioneers of Empire*. Londres: Methuen Publications;

MAKORI, Timothy (2017). "Mobilizing the past: creuseurs, precarity and the colonizing structure in the Congo Copperbelt". *Africa*, vol. 87, n. 4. Cambridge University Press, pp. 780-805;

MANN, Michael (1984). "The Autonomous Power of the State: its Origins, Mechanisms and Results". *Archives européennes de sociologie*, vol. 25, pp. 185-213;

MOTTOULE, Leopold (1946). *Politique sociale de L'Union Minière du Haut-Katanga pour sa main d'oeuvre indigène*. Bruxelles: Institut Royal Colonial Belge;

NITSEN, R. Van (1933). *Travailleurs noirs dans les Camps industriels du Haut-Katanga*. Bruxelles: Académie Royale de Belgique;

PIATON, Claudine e Ralph BODENSTEIN (2014). "Des entreprises aux lisières des Empires". *ABE Journal* [online], no 5;

POTTS, Deborah (2005). "Counter-urbanisation on the Zambian Copperbelt? Interpretations and Implications". *Urban Studies*, vol. 42, n° 4, pp. 583-609;

ROBERTS, Wendy (2014). "Company Transfer: the Architectural Dialect at the Edges of Empire". *Proceedings of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand: 31, Translations*, Christoph Schnoor (ed.). Auckland: Sahanz, pp. 591-600;

RODRIGUES, Cristina Udelsmann e Ana Paula TAVARES (2012). "Angola's planned and unplanned urban growth: diamond mining towns in the Lunda Provinces". *Journal of Contemporary African Studies*, vol. 30, n. 4, Routledge, pp. 687-703;

RODRIGUES, Cristina Udelsmann e Deborah Fahy BRYCESON (2017). "Precarity in Angolan diamond mining towns, 1920-2014: Tracing agency of the state, mining companies and urban households". *The Journal of Modern African Studies*, vol. 56, n. 1, Cambridge University Press, pp. 113-141.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann (2017). "Urban Modernity versus the Blood Diamond Legacy: Angola's Urban Mining Settlements in the Aftermath of War". *Journal of Southern African Studies*, vol. 43, n.6, pp. 1215-1234;

TOSTÕES, Ana (2014). "Visões Cruzadas. Um Laboratório de Arquitectura entre Global e Local". Ana Tostões (ed.), *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*, Lisboa, Caleidoscópio, pp. 62 a 121;

UNION Minière du Haut Katanga (1956). Cinquantenaire 1906-1956. Dessins de Laurent Moonens. Elisabethville : éditions d'Art du Congo (Ern. Thill, Bruxelles);

VELLUT, Jean Luc (1982). "Hégémonies en construction: Articulations entre Etat et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)". *Canadian Journal of African Studies*, vol. 16, n°2, pp. 313-330. Oxfordshire: Taylor & Francis;

VELLUT, Jean Luc (2016). "Angola-Congo. L'invention de la frontière du Lunda (1889-1893)". *Africana Studia*, n°9, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), pp. 159-183;

VILHENA, Ernesto (1954). *Aventura e Rotina: crítica de uma crítica*. Lisboa: [s.n.];

WERNER, Michael e Bénédicte ZIMMERMANN (2006). "Beyond Comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity". *History and Theory*, vol. 45, Wesleyan University, pp. 30-50;

WRIGHT, Gwendolyn (1987). "Tradition in the Service of Modernity: Architecture and Urbanism in French Colonial Policy, 1900-1930". *The Journal of Modern History*, vol. 59, n. 2. The University of Chicago Press, pp. 291-316.